

# DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

## *Consenso e desenvolvimento: a ditadura militar no Espírito Santo nos escritos de Élcio Álvares*

Consensus and development: the military dictatorship in Espírito Santo in the writings of Élcio Álvares

Guilherme Gouvêa Soares Torres<sup>1</sup>

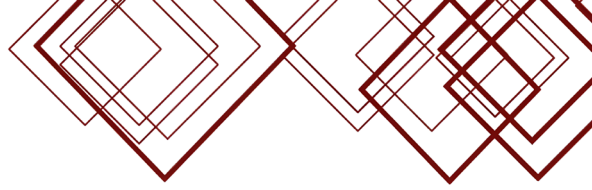
**Resumo:** O presente trabalho visa analisar o período da ditadura militar no estado do Espírito Santo a partir das memórias do ex-governador do Espírito Santo Élcio Álvares (1975-1979) sobre este período (1964-1985). A fonte trabalhada é o livro autobiográfico “Memórias do Meu Tempo” (2012) escrito pelo político capixaba falecido em 2016. O cerne da leitura é o período ditatorial, mais especificamente durante o mandato do autor. Entendemos que consenso e desenvolvimento são dois aspectos importantes e que se relacionam, na medida em que o regime ditatorial teve apoios na sociedade civil espírito-santense (incluindo o ex-governador) e que o estabelecimento dos chamados Grandes Projetos de Impacto (GP’s), de viés desenvolvimentista, contribuiu para reforçar este suporte. Partindo da ideia desenvolvida por Pierre Bourdieu (2006) da “ilusão biográfica”, elaboramos a hipótese de que a escrita biográfica busca criar sentidos nos eventos narrados, construindo uma “história de vida”. Esta, por sua vez, veicula uma determinada mensagem com base no encadeamento dos fatos. Desta feita, buscaremos demonstrar: como Élcio Álvares constrói uma memória marcada pelo destaque à realização de obras de infraestrutura e por uma leitura edificante da sua própria trajetória e como essa construção reflete uma visão positiva acerca do período ditatorial.

**Palavras chave:** Memória; ditadura militar; Espírito Santo

**Abstract:** This paper aims to analyze the period of the military dictatorship in the state of Espírito Santo from the memoirs of the former governor of Espírito Santo Élcio Álvares (1975-1979) about this period (1964-1985). The source used is the autobiographical book “Memórias do Meu Tempo” (Memories of My Time) (2012) written by the Espírito Santo politician who died in 2016. The core of the reading is the dictatorial period, more specifically during the author’s mandate. We believe that consensus and development are two important and related aspects, in that the dictatorial regime had support in Espírito Santo’s civil society (including the former governor) and that the establishment of the so-called Great Impact Projects (GP’s), with a developmentalist bias, helped to reinforce this support. Based on the idea developed by Pierre Bourdieu (2006) of the “biographical illusion”, we hypothesized that biographical writing seeks to create meanings in the events narrated, constructing a “life story”. This, in turn, conveys a certain message based on the chain of events. In this way, we will try to demonstrate how Élcio Álvares constructs a memory marked by the emphasis on infrastructure works and by an edifying reading of his own trajectory, and how this construction reflects a positive view of the dictatorial period.

**Keywords:** Memory, military dictatorship, Espírito Santo.

<sup>1</sup> Graduado e mestre em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), atualmente cursa doutorado na mesma instituição, com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES). É membro do Laboratório de Estudos de História do Tempo Presente (LabTempo). ORCID ID: 0009-0006-5965-4633  
E-mail: guilhermegstorres@gmail.com



## Introdução

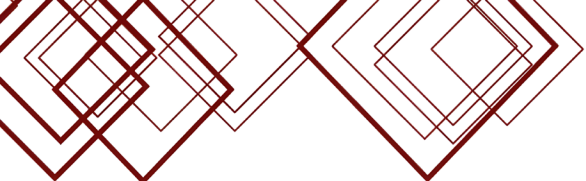
Nas décadas finais do século XX, os traumas dos totalitarismos e dos autoritarismos, as experiências da Guerra Fria, a descolonização na África e na Ásia, as revoluções políticas e comportamentais, dentre tantos outros eventos, chamam a atenção dos historiadores e suscitaram novas reflexões, influenciando até mesmo a forma de se pensar a disciplina. O “retorno ao político” foi fruto de uma conjugação entre realidade e percepção, ou seja, como interage o historiador diante das questões do próprio tempo e como elas interferem na forma de se fazer a disciplina (Rémond, 2003).

Dentre os aspectos marcantes desse momento, podemos indicar que o surgimento do campo da história do tempo presente é um reflexo desse contexto. De acordo com Agnes Chaveau e Philippe Tétart (1999), a história do tempo presente coloca em evidência a relação entre o historiador e seu tempo: quais são os jogos de influência entre os climas ideológicos e os contextos históricos? Por sua vez, Jean-Pierre Rioux indica que a relação com o tempo e com a memória durante o século XX apontaram a necessidade do registro e do trato histórico (1999).

105

A leitura de Rioux se aproxima com a de Henry Rousso (2017), que indica a renovação do campo de estudos sobre a memória e a importância de questões sensíveis para a memória coletiva e a influência para a escrita da história. Rousso cita como exemplo de passado sensível a França de Vichy, seu objeto de estudo.

No Brasil, a História do Tempo Presente se afirmou como um campo ainda durante os anos 1980, com a publicação de obras relevantes sobre a ditadura militar, como “1964: A conquista do Estado” (1981), de René Armand Dreifuss e “Estado e Oposição no Brasil”



(1985), de Maria Helena Moreira Alves. Todavia, nesse momento houve a predominância da publicação de obras memorialísticas sobre a ditadura, como “O que é isso, companheiro?” (1979), de Fernando Gabeira, e “Os carbonários: memórias da guerrilha perdida” (1980), de Alfredo Sirkis, assim como a minissérie “Anos Rebeldes” (1992).

Outro ponto a se destacar sobre esse período é o de que, no contexto de liberalização e redemocratização, alguns setores da sociedade - como, por exemplo, a grande imprensa - assumiram uma leitura acerca do regime calcada no repúdio à violência e na adesão a valores como democracia e cidadania, ainda que de maneira difusa (Moraes, 2006; Napolitano, 2017).

106

Durante os anos 1990 e 2000, os estudos sobre o período entre 1964 e 1985 também se diversificaram, em um movimento semelhante aos trabalhos sobre o Estado Novo. Porém, outro fator contribuiu para esse incremento: a implementação de políticas de memória durante os dois primeiros mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e os governos de Dilma Rousseff (2011-2016). Tais ações contribuíram para enriquecer o debate acerca da ditadura e os seus legados para o regime democrático posterior. Além disso, a expansão dos programas de pós-graduação em história, sobretudo durante os anos 2000, contribuiu para a diversificação de abordagens e temas da historiografia, como por exemplo questões sociais, culturais, econômicas e de gênero, assim como o enfoque voltado à história regional.

A emergência da história do tempo presente evidencia a relação com a memória e como os usos do passado são colocados no presente, de modo a legitimar ações e projetos políticos. Um exemplo diz respeito aos “lugares de memória”, conforme aponta Pierre Nora (1993) e que revelam uma maneira de se construir significados acerca do pas-



sado através de patrimônios e monumentos. Enzo Traverso (2007), ao tratar desta questão, indica o risco de mitificação e de apagamento de outras memórias.

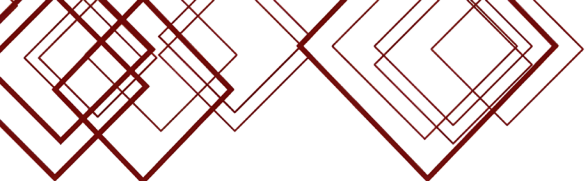
Dentre os registros da memória, a autobiografia demarca um sentido às experiências vividas. Como aponta Pierre Bourdieu (2006), narrativas de histórias de vida buscam construir determinadas coerências e consistências a partir do encadeamento dos fatos e os significados a eles atribuídos.

Desta maneira, ao propor a abordagem de um determinado período – o da ditadura militar, entre 1964 e 1985 – a partir de uma autobiografia, algumas questões são colocadas. A primeira delas diz respeito aos sentidos atribuídos pelo autor à sua experiência de vida. A segunda, por sua vez, ao modo como o personagem narrado se situa no processo histórico estudado. A terceira, por fim, aos elementos destacados do período histórico pelo autobiografado.

107

Com base nessas reflexões, o objetivo do trabalho é compreender a formação de memórias sobre o período da ditadura militar no Espírito Santo, tendo como objeto o livro “Memórias do meu tempo” (2012), de Élcio Álvares. Governador entre 1975 e 1979, durante a execução dos chamados “Grandes Projetos de Impacto” (GP’s). De acordo com Fagundes e Ângelo (2014), a realização desses projetos teve importância central na constituição de uma memória positiva sobre esse contexto.

Dessa maneira, a organização do trabalho se dará da seguinte forma: primeiramente, um breve balanço da historiografia capixaba sobre o Estado durante a ditadura, dando enfoque a questões como a construção do consenso na relação com as elites. Em segundo lugar, a fonte será trabalhada, considerando os aspectos que marcam a constru-



ção da biografia do autor. Em nossa leitura, percebemos a presença de elementos edificantes na construção da narrativa, incluindo menções a questões religiosas. Buscaremos demonstrar que esse tipo de elaboração visa construir uma memória positiva sobre a própria trajetória e também sobre o período da ditadura militar. Por fim, nas considerações finais, serão apontadas as conclusões do trabalho.

### **A historiografia capixaba: entre passado e presente**

A historiografia capixaba conheceu diversos momentos de enquadramento do passado ao sabor de conjunturas e circunstâncias. A escrita da história se entrelaçou a questões do presente, influenciando na construção de imaginários sociais, bem como consolidando agendas e projetos políticos.

108

Conforme demonstra Rafael Cerqueira do Nascimento (2018), estabeleceu-se durante o século XX o que se denominou “narrativa histórica da superação do atraso”, caracterizada por um mito de origem: o alijamento do estado (antes capitania e província) frente ao restante do Brasil, desde o período colonial. Desta maneira, a condição do Espírito Santo seria a de um perene atraso que se perpetua de diversas formas.

A consolidação dessa leitura histórica da formação do Espírito Santo está relacionada aos projetos das elites capixabas durante o século XX e que visavam superar uma propalada condição retardatária frente a outros estados brasileiros, sobretudo durante os anos 1960 e 1970, quando da implementação dos GP's no Espírito Santo. Nesse sentido, o meio indicado pelas elites econômicas urbanas foi a necessidade do estabelecimento de um projeto econômico industrial visando superar os desequilíbrios e insuficiências da economia capixaba, cuja base era o café.



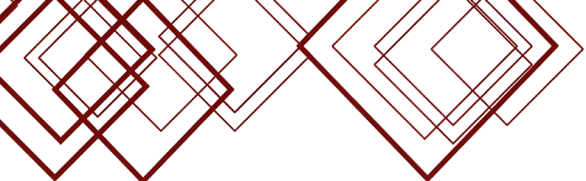
Tal avaliação do cenário social e econômico, para além de contribuir para o estabelecimento de uma agenda política, conformou uma leitura histórica que teve como objetivo legitimar a atuação das elites, que visava superar uma condição de que até então se perpetuava no estado. Como demonstra o autor, estabeleceu-se um enquadramento do passado que influenciou a constituição de uma agenda intelectual marcada pela ideia de atraso, que, por sua vez, seria superado no presente pela execução dos grandes projetos.

De acordo com Ueber José de Oliveira (2013), os GP's dizem respeito a uma série de ações implementadas pelas elites urbano-industriais que disputavam o poder político no período. Importa destacar que tais projetos guardavam sintonias com a política de “modernização autoritária” (Sá Motta, 2014) conduzida durante o período ditatorial. Desta feita, formou-se o chamado “consenso de necessidades”, fruto de uma “confluência de agências desenvolvimentistas” (Oliveira, 2013).

109

Durante o período ditatorial, houve um processo de modernização, de caráter desenvolvimentista, visando promover ações voltadas à industrialização e à infraestrutura. Tais projetos foram conduzidos por segmentos das Forças Armadas e da burocracia tecnocrata civil que estavam alinhados com tal ideal de política econômica. O termo “modernização autoritária” (Sá Motta, 2014) faz referência, portanto, aos objetivos de incremento à industrialização brasileira e à sua estrutura, assim como ao aspecto autoritário do regime de 1964.

Vale ressaltar que, no contexto de implementação dos projetos, os usos do passado presentes nessa narrativa foram importantes para legitimar a atuação das elites, em um momento autoritário e repressivo. Esse ponto é importante pois indica um elemento de consenso por parte do regime ditatorial e que, conforme indicam autores tais como



Fagundes e Ângelo (2014), compuseram leituras positivas sobre o período, que foram feitas posteriormente.

A execução desses projetos representa um elemento central de consenso, considerando as convergências de interesses das elites capixabas e a condução da política econômica do regime militar. Dessa maneira, a sintonia foi fundamental para o apoio civil à ditadura, constituído de mão dupla, através da acomodação de grupos que outrora se encontravam alinhados na estrutura multipartidária estabelecida durante o período entre 1945 e 1964.

110 Dessa maneira, observa-se um entrelaçamento entre agenda intelectual e política. Como demonstra Rafael Cerqueira (2018), durante os anos 1980 a narrativa histórica de superação do atraso influenciou também obras acadêmicas. O autor indica que durante as décadas de 1950 e 1960, a narrativa se encontrava presente em obras memorialísticas como o livro “História do Espírito Santo” de José Teixeira de Oliveira (1951). Posteriormente, essa leitura também esteve presente em obras acadêmicas como as produções de Gabriel Bittencourt.

O momento importante de crítica à narrativa histórica de superação do atraso foi a fundação do Programa de Pós Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) no ano de 2002, o que contribuiu para a diversificação das abordagens e para os debates sobre a história do Espírito Santo.

Desta maneira, serão analisadas obras historiográficas capixabas sobre as articulações das elites capixabas antes e após o golpe civil-militar de 1964. A partir dessa leitura, serão levantadas as hipóteses que nortearão o trabalho, com base na abordagem da fonte.



## **“Memórias do meu tempo”: a ditadura no Espírito Santo sob a ótica de Élcio Álvares**

Conforme foi indicado anteriormente, o objetivo do trabalho é analisar o período da ditadura militar no estado do Espírito Santo a partir das memórias do ex-governador do Espírito Santo Élcio Álvares (1975-1979). Será feito um recorte sobre este período, de modo a compreender, à luz da historiografia sobre o período e das categorias de análise, o modo como a ditadura impactou o estado durante aquele contexto.

No que diz respeito à fonte abordada, uma autobiografia, é importante ressaltar como esse tipo de escrita visa construir determinados sentidos a partir da vivência de seu autor. De acordo com Pierre Bourdieu (2006), essa construção representa um esforço em atribuir coerência e consistência em relação aos fatos e processos narrados e é denominada pelo estudioso francês como “A ilusão biográfica”. Essa compreensão é importante, na medida em que buscaremos compreender os significados elaborados pelo político em seus escritos.

111

A autobiografia abordada tem o título “Memórias do meu tempo” (2012), em que o autor busca “a escrever buscando reminiscências e lembranças guardadas com carinho no armário da memória” e “registrar com veracidade os episódios ocorridos ao longo da minha vida” (p. 13). As frases colocadas logo no início do trabalho demonstram o caráter subjetivo da memória, ao contrário da história, que busca tratar o passado de forma crítica, visando a objetividade (Traverso, 2007). Desta maneira, Élcio Álvares coloca em evidência o envolvimento afetivo ao apontar o objetivo com a escrita do livro. Essa dimensão é central ao considerar os períodos históricos tratados, sobretudo o da ditadura militar, objeto deste artigo. Como buscaremos demonstrar nos



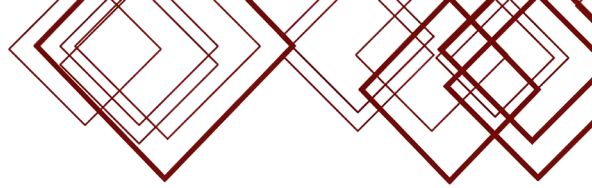


excertos do texto, o autor lança mão de elementos que buscam edificar as suas ações e de aliados políticos, até mesmo de temáticas religiosas. Entendemos que esse tipo de artifício contribui para representar uma memória positiva acerca do período entre 1964 e 1985, na medida em que parte da trajetória do político se deu nesses anos e que este foi filiado à Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e esteve na base de apoio ao regime ditatorial<sup>2</sup>.

O cerne de nossa análise se encontra em seis capítulos, entre as páginas 69 e 134, que abordam o período em que o autor foi governador do Espírito Santo (1975-1978). Também são trabalhados três capítulos anteriores, entre as páginas 35 e 68, em que a sua trajetória política anterior à chegada ao governo do Estado é narrada. Essa leitura é feita com o intuito de compreender como o ex-governador narra o período de sua vida transcorrido a partir de 1964, quando ocorreu o golpe civil-militar.

O autor descreve o início de sua vida política após anos de atuação como advogado. Sua primeira candidatura se deu no ano de 1966, quando pleiteou uma vaga de deputado federal. Vale ressaltar que durante os anos 1950 e 1960, o cenário político capixaba era marcado por disputas entre elites agrupadas em dois segmentos: por um lado, os políticos do Partido Social Democrático (PSD), cujas principais lideranças eram os ex-governadores Carlos Lindenberg e Jones dos Santos Neves, além de Atílio Vivacqua. Por outro, havia a aliança denominada “Coligação Democrática”, com a presença de várias agremiações parti-

<sup>2</sup> Outorgado em 1965, o Ato Institucional nº2 foi responsável por extinguir os partidos políticos existentes e abrir espaço para o bipartidarismo. O cenário multipartidário estabelecido após 1946 foi reorganizado em dois: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que congregou políticos que apoiavam a ditadura e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que reuniu a oposição parlamentar ao regime. Essa organização vigorou até a Lei dos Partidos Políticos de 1979. Cf. Araújo Reis, 2000; Fico, 2004.



dárias<sup>3</sup> e que tinha como principal liderança o ex-governador Francisco Lacerda de Aguiar (Oliveira, 2014). Após o golpe civil-militar (1964), o multipartidarismo é mantido até o ano de 1965, quando da outorga do Ato Institucional nº2 (AI-2) que, dentre outras medidas, extinguiu os partidos políticos existentes até então. Estes foram reorganizados na ARENA e Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Nesse novo cenário, a organização partidária pré-1964 foi rearticulada e as disputas políticas acomodadas nas duas agremiações (Oliveira, 2018).

Foi nesse contexto que no ano de 1966, Élcio Álvares disputou eleições pela primeira vez, visando uma vaga de deputado federal. Esse momento, porém, levou à uma experiência considerada amarga, que foi a derrota e o exercício da suplência da ARENA.

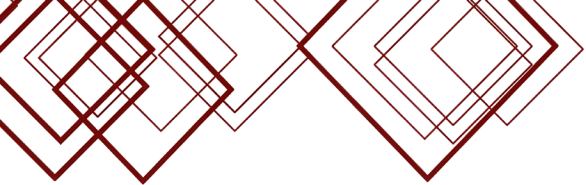
Na contagem geral, consegui estabelecer diferença de cerca de mil votos para Floriano Rubim, apenas à espera do mapa final de Barra de São Francisco. Finalmente veio o resultado. Computados os sufrágios registrados nos boletins eleitorais perdi a eleição por cerca de 150 votos, pois Floriano obtivera em Barra de São Francisco bom resultado, enquanto eu, que ali trabalhei dedicadamente, não passei dos duzentos votos, apesar do esforço do colega e amigo, advogado Nacyr Amm.

Restava-me o consolo de ser o primeiro suplente da Aliança Renovadora Nacional – ARENA. (Álvares, 2012, p. 46)

Encerrado o pleito, fui procurado pelo Deputado Vicente Silveira, que não se conformava com minha derrota. Queria recorrer, examinar as falhas do processo eleitoral, principalmente no município de Barra de São Francisco, enfim demonstrava uma irresignação que chegava a me contagiar. Contudo, se a política é fascinante e maravilhosa, por outro lado oferece meandros aparentemente inexplicáveis. O então Governador Christiano Dias Lopes Filho não desejava que eu alcançasse a

---

3 A formação da “Coligação Democrática” indica um aspecto *sui generis* do alinhamento partidário no Espírito Santo no contexto da chamada República Democrática (1945-1964). Nessa composição, conviviam partidos que no plano nacional eram opositores, como por exemplo o Partido Trabalhista Brasileira (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN), além de agremiações como o Partido Democrático Cristão (PDC) e o Partido Social Progressista (PSP).



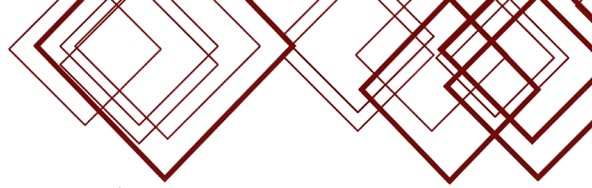
Câmara Federal, pretendendo para mim o imobilismo da primeira suplência (Álvares, 2012, p. 46).

A referência é importante por indicar como as disputas partidárias e a formação de alianças se mantiveram no contexto do bipartidarismo. O período da ditadura foi marcado pela existência de um espaço institucional de ação política, com todos os limites estabelecidos pela ação repressiva desde 1964 (Aarão Reis, 2000; Fico, 2004). Na fonte abordada, elas são abordadas dentro de uma leitura edificante a respeito da sua vida e de sua atuação política que se deu diante de muitos desafios. A descrição de pessoas com quem Élcio Álvares possuía proximidade influencia na leitura feita sobre a sua trajetória. Ao ressaltar valores e aspectos positivos da personalidade daqueles com quem caminhava junto, é uma forma de representar de maneira positiva a própria carreira.

114

No decorrer da narrativa, são tratadas as disputas que levaram à formação do “Cupim de Aço”, grupo dissidente formado dentro da ARENA composto por setores que haviam pertencido ao Partido Social Democrático (PSD) e à União Democrática Nacional (UDN) e que disputou o diretório estadual da agremiação com o grupo vigente, do qual participava o governador Christiano Dias Lopes (Oliveira, 2018). Tais disputas estiveram relacionadas à sucessão no governo do Espírito Santo e são explicadas pelo autor:

Decorridos meses, a situação política estava configurada e encontrava-me em oposição ao Governo Christiano Dias Lopes Filho. Impelido pelo amor próprio continuei a manter contatos políticos, iniciando praticamente nova caminhada, agora com maior experiência. Fato político ajudou-me e foi decisivo para intensificar a maratona eleitoral. Alguns Deputados Estaduais reclamavam do governo, começando a adotar linha de oposição. Dentre eles, Vicente Silveira, representante do município de Iúna. Nome inscrito na história política do Estado, sagaz,

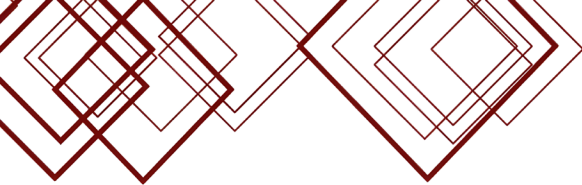


experiente, dono de inteligência política privilegiada e sempre buscando frases pitorescas, começou a urdir o movimento oposicionista chamado “Cupim de Aço”

O “Cupim de Aço” iniciou com adesões de vários Deputados eleitos, Vereadores e Prefeitos municipais. Vicente, hábil e disposto, viajava e fazia contatos, fortalecendo a oposição. Desde o primeiro instante pressenti o “Cupim de Aço” como suporte válido para nova candidatura a Deputado Federal, visto que o propósito do grupo era igual ao meu, ou seja, fazer oposição ao Governo estadual. Mesmo advogando, dei preferência à política e pude celebrar alianças valiosas, além de angariar amigos e novos companheiros (Álvares, 2012, p. 52 e 53).

A composição do grupo indica o estabelecimento de uma dinâmica política no contexto do regime autoritário, o que em certa medida permite uma compreensão mais aprofundada acerca do autoritarismo brasileiro. Para além do embate entre situação e oposição, a formação destas alianças e a conformação de tais disputas em meio ao partido de sustentação à ditadura indicam a permanência de embates anteriores ao período da ditadura. Outro ponto a se destacar é o estabelecimento de um cenário político em que há a exclusão de setores da esquerda considerados “radicais” ou “revolucionários” e a aceitação dos projetos sociais e políticos em disputa, sem romper com a lógica do regime ditatorial.

Esse tipo de arranjo é parte da construção do consenso. A acomodação de interesses na cena política limitada pelas cassações e perseguições do regime ditatorial abre o caminho para o apoio pelas elites civis, bem como o reconhecimento destas à nova ordem política, conferindo-lhe legitimidade (Rollemberg e Quadrat, 2010). Como exemplo, é possível perceber as poucas menções ao golpe civil-militar de 1964 ou a outros fatos do período. Há uma citação a respeito da outorga do AI-5 no ano de 1968, porém manifestando preocupação com a realização das eleições, já que se encontrava em campanha política



naquele momento<sup>4</sup>. A ausência de questionamentos ao teor do Ato Institucional pode indicar tanto o consentimento quanto a indiferença acerca de uma iniciativa autoritária tomada pela ditadura.

Na distante localidade de Santana, em Conceição da Barra, o rádio transmitiu a notícia. O Presidente Costa e Silva tinha assinado o Ato Institucional nº 5 – AI-5, fechando o Congresso Nacional. Olhei para Irene, ainda cansada da noite mal dormida e perguntei:

- O que vamos fazer agora?

Irene, refeita, foi incisiva: - Continuar a campanha. Um dia eles abrem o Congresso e aí vão nos encontrar bem adiantados em nosso trabalho.

Numa tarde quente, no Tribunal Regional Eleitoral, sob a Presidência do Desembargador Carlos Aboudib, foi sorteado meu novo número como candidato a Deputado Federal, isso porque o Congresso tinha sido reaberto e o processo político recomeçava a fluir normalmente. As três pedras escolhidas por uma criança indicaram: 1, 2, 3. *Evidentemente, Deus estava ao meu lado* (grifo nosso). (Álvares, 2012, p. 55)

116

Chama a atenção, para além do modo como o autor representa o fato, a frase “Evidentemente, Deus estava ao meu lado” na escolha do número com o qual disputou as eleições de 1970. Há uma certa apreensão acerca da medida, porém não tem a ver com os impactos repressivos desta. A resposta dada por Irene, esposa de Elcio, indica uma resposta frente ao que poderia representar um desafio pessoal. O sorteio do número, por sua vez, seria um sinal “evidente” de que o político seguia o rumo certo.

Importante ressaltar, como já citado anteriormente, o caráter edificante da escrita. O trecho grifado acima é um exemplo de como elementos religiosos aparecem no texto, assim como os valores de aliados

<sup>4</sup> Outorgado em dezembro de 1968, o Ato Institucional nº5 (AI-5) expandiu os poderes repressivos do regime ditatorial, com a suspensão do *habeas corpus*, possibilidade de decretação de confisco, dentre outras ações (cf. Fico, 2004)



em sua trajetória. Essa descrição influencia na leitura feita sobre a sua vida política. Ao ressaltar valores e aspectos positivos da personalidade daqueles com quem caminhava junto, é uma forma de representar de maneira positiva a própria carreira.

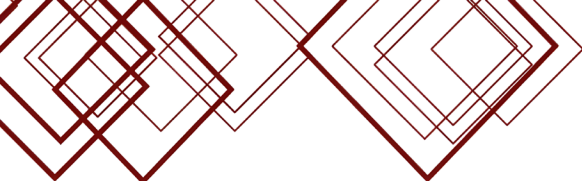
No início da narrativa sobre o período em que esteve à frente do governo, são abordadas noções que o autor coloca como responsabilidades de um governante e tem a ver tanto com uma ideia relacionada a valores e comportamentos quanto acerca dos desafios que um político assume quando exerce determinados papéis.

No começo tudo é agradável e os votos de felicitações nos impulsionam, mas no decorrer dos meses a responsabilidade começa a pesar e os amigos já se afastam até mesmo por questões simplesmente burocráticas e os inimigos não tardam, pois governar é arte de conciliar, sendo impossível contentar gregos e troianos.

O governante nunca deve ser um solitário, nem buscar refúgio na angústia e no desespero. É importante discernir os verdadeiros amigos, não os amigos do poder, e se fortalecer cada vez mais para que todos respeitem a coisa pública (Alvares, 2012, p. 90-91).

117

As noções de valores e comportamentos aparecem dados no texto como forma de ressaltar a postura pessoal do autor como governante. O conteúdo do trecho traz essas questões mais como elementos de conduta do que fazendo parte do cotidiano de um político. Conforme foi demonstrado em outros fragmentos citados no trabalho, a política é um meio intrinsecamente caracterizado pela disputa. Porém, o autor dispõe de uma leitura acerca de posturas e comportamentos marcada por um apelo moral, o que pode estar relacionado à sua formação religiosa. A partir disso, busca, inclusive, trazer um ensinamento acerca das questões que propõe.



Essa análise edificante perpassa de modo geral a construção da narrativa. O elemento religioso aparece em outros momentos, como abaixo:

Com fé em Deus e muita obstinação percebemos que somente nos restava um caminho: enfrentar o problema com otimismo e trabalho. A palavra de ordem aos Secretários foi de estímulo e confiança, nada de lamúrias. Sabia que o desenvolvimento do Estado iria custar caro, apesar de igualmente saber que determinadas medidas tomadas no governo anterior, no ano derradeiro da administração, foram rudemente impactantes para o equilíbrio financeiro do Estado (Alvares, 2012, p. 94)

118

Esses elementos são postos dentro de uma leitura positiva a respeito das ações de Elcio Alvares como governador do estado. Os problemas políticos são colocados como desafios a serem superados, para os quais o apoio divino é fundamental. Algumas das contradições inerentes à vida pública são retratadas dentro dessa ótica, de modo a reforçar a narração edificante sobre o autor.

Outro ponto importante dessa construção positiva diz respeito à obra social do mandato Elcio Alvares. É dedicado um capítulo específico a essa questão, denominado “Política social - Boa Vista, projeto pioneiro”. Assim como nos outros capítulos, neste são indicados três tópicos que apontam para as temáticas abordadas. No caso desta parte do livro, são: “O despejo e o drama das famílias do Salamim”, “Lotes urbanizados, revolução na política habitacional” e “UVV, o sonho realizado do professor Aly da Silva” (Alvares, 2012, p. 101)

Com emoção, quero registrar fato que tocou profundamente minha sensibilidade de homem público, à época Governador do Estado. Em Vila Velha, à margem da Rodovia Carlos Lindenberg, principal - acesso entre o município e Vitória, estabeleceu-se, através de invasão de terras, uma favela denominada Salamim.



Ali moravam 137 famílias em barracos precários, ilegalmente construídos em terrenos invadidos. A Justiça, acatando petição do advogado Américo Bernardes da Silveira, ex- Prefeito de Vila Velha, determinou o despejo dos moradores de Salamim, o que se deu em 3 de fevereiro de 1976, com a cobertura de uma guarnição da Polícia Militar, que garantia a execução da sentença judicial, através da demolição dos barracos, gerando polêmico noticiário na imprensa local. Essa foi a experiência social mais importante que tive como Governador do Estado. Juntamente com o presidente da COHAB-ES, Josmar Tótar, vi criaturas inteiramente marginalizadas dentro do processo da vida, lamentando o inesperado desabrigo. Em meio a elas, uma criança paralítica, no leito da miséria, assistida em regime de revezamento pelos vizinhos que nem tinham o que comer, transformava-se em síntese negativa da comunidade atônita, que não sabia o próprio destino.

Nesse trecho, a questão social e a ação do governo frente ao problema foram também tratadas pelo prisma moral. As ações do poder público são representadas a partir desse aspecto e isso se reflete nas adjetivações feitas pelo autor, como indicado no trecho abaixo.

119

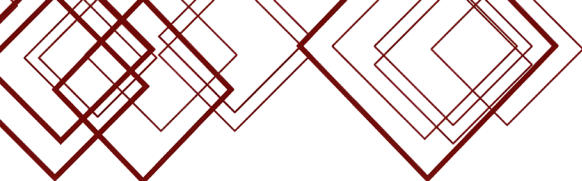
Se, por um lado, a decisão judicial era correta, no âmbito das relações humanas estava criado problema social de suma gravidade. Onde alojar, de hora para outra, 137 famílias desabrigadas e quase todas elas desprovidas de recursos imediatos?

No desespero em que se encontravam, os moradores de Salamim haviam recorrido à minha mulher Irene, presidente da UCIS – Unidade Comunitária de Integração Social, que os conduziu num clima de dor e lágrimas ao meu gabinete.

Fiz então explanação franca de minha posição de Governador que, tendo entre suas obrigações a de proteger a propriedade particular, também não podia esquivar-me ao dever de examinar a situação de famílias pobres e honestas que apenas buscavam segurança mínima: o teto para viver e criar seus filhos.

Mostrei-lhes que o Governador não os deixaria ao desabrigo e determinaria à COHAB-ES o desenvolvimento de programa de lotes urbanizados, que lhes seriam vendidos em prestações estimadas em 42 cruzeiros mensais (Alvares, 2012, p. 104).





Há de se destacar no trecho alguns aspectos. O primeiro é o papel pessoal do governador como um mediador de problemas e executor das soluções, ainda mais em uma questão na qual, de acordo com o autor, ambas as demandas eram justas. O segundo diz respeito à elaboração de uma imagem comovente da situação, reforçada pela menção ao clima de dor e lágrimas” e à situação de desabrigo de pessoas pobres e honestas que apenas buscavam segurança mínima: o teto para viver e criar seus filhos”.

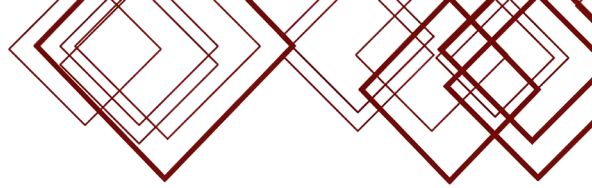
120

Esse caráter segue na abordagem do projeto habitacional conduzido em seu governo. Sobre esse aspecto, é interessante a utilização do termo “revolução” para descrever tal política. Esta palavra foi usada pelo autor no decorrer do texto para fazer referência ao período ditatorial. Ao mencionar o senador Petrônio Portela (ARENA/PI), o ex-governador cita que o político “...sonhou grande e muitos garantem que alimentava a secreta esperança de ser o primeiro civil Presidente da República após a Revolução” (Álvares, 2012, p. 73). Desta maneira, o autor utiliza um termo ao sentido atribuído pelos próprios militares ao golpe civil-militar de 1964, na medida em que se ambicionava que a tomada de poder fosse algo “revolucionário” ao romper com a política do governo de João Goulart (Fico, 2004).

A visão positiva sobre a ditadura também se reflete na abordagem da visita de Ernesto Geisel ao Espírito Santo no ano de 1976.

A alegria do Presidente era manifesta. Acenava sorridente para o povo capixaba que naquele instante, pelo carinho e hospitalidade, ganhava um grande amigo.

Geisel comoveu-se. O semblante era da mais pura emoção. Ao seu lado, vivi talvez o maior momento da vida pública. Sorrindo, também queria dizer a todos capixabas que ali estavam, que eles ajudaram muito com aquela acolhida, tão fraterna, espontânea e entusiástica (Alvares, 2012, p. 112).



A viagem a uma unidade da federação é um momento que faz parte da rotina de um Presidente da República, porém Elcio Alvares pontua a sua narração com emoções, seja elas próprias, seja do general-presidente ou ainda por parte da população.

Nesse cenário, são indicadas realizações que contribuíram para o desenvolvimento dos GP's, além do apoio a outras iniciativas:

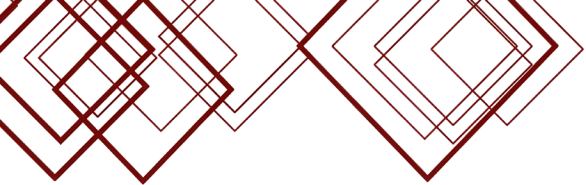
Num dos salões, com paciência manteve contato com as lideranças políticas, recebendo dos Deputados o título de cidadão espiritosantense, outorgado à unanimidade pelos representantes da ARENA e do MDB, integrantes da Assembleia Legislativa. Foi agraciado com a mais alta distinção da comenda Jerônimo Monteiro. Ouviu lideranças estudantis e sindicais. Quase às 11h30m, com o programa bastante atrasado pelas manifestações populares, ingressou no salão nobre do Palácio Anchieta, onde assinou 21 convênios e atos orçados em cerca de CR\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros) - uma fortuna para a época.

Além desses atos, o Presidente implantou definitivamente a Companhia Siderúrgica de Tubarão, investimento estimado na ocasião em 2 bilhões e 200 milhões de dólares. Foi o momento decisivo para a concretização da CST. Foi assinado pelo Presidente Ernesto Geisel, Ministro Severo Gomes, General Alfredo Américo e por mim, um pergaminho alusivo ao evento, que me foi oferecido pelos subscritores e que se encontra até hoje em meu poder.

Nascia, assim, com todos os revestimentos legais, a CST (Alvares, 2012, p. 113).

121

Desta feita, é possível relacionar à memória positiva elaborada por Elcio Alvares acerca do próprio governo àquela acerca do período ditatorial no estado. No decorrer da biografia, as menções ao contexto do regime autoritário são feitas sem que haja citações à violência repressiva. Como demonstraram Pedro Ernesto Fagundes e Vitor Amorim de Ângelo (2014), a memória dos GP's é disposta como parte positiva do período entre 1964 e 1985 e que foram importantes para o desen-



volvimento do Espírito Santo, em uma leitura que coloca a repressão como face negativa desse processo e não como parte constitutiva do sistema.

## **Conclusão**

Esse trabalho foi realizado tendo como fonte o livro de memórias de Élcio Alvares, cujo mandato como governador do Espírito Santo transcorreu entre 1975 e 1979, durante a ditadura militar. A obra foi abordada considerando o registro das impressões do autor, sem uma preocupação factual. Desta maneira, a memória é tratada como um elemento vivo, uma representação do passado marcada pela subjetividade e pelos interesses do autor no presente. Na autobiografia do político capixaba, transparece no texto uma preocupação em elaborar uma imagem positiva acerca de sua trajetória política. São colocados seus valores em um relato edificante dos fatos e de seus comportamentos na vida política.

O período da ditadura militar é abordado, já que a carreira do autor se inicia durante estes anos. Sua atuação se deu nos marcos estabelecidos pelo regime, de modo que, no decorrer do texto, fica claro o apoio e a visão positiva acerca daqueles anos. Para isso, silencia acerca da repressão e da violência e dá relevo a ações como os GP's e outras obras de infraestrutura reforçam esse caráter na construção destas memórias.

No decorrer do trabalho, apontamos também usos do passado que atravessaram a historiografia capixaba durante o século XX. O entrelaçamento entre agenda intelectual e política é materializado na “narrativa histórica de superação do atraso”, como demonstrado por Rafael Cerqueira (2018). O autor indica, inclusive, que a realização dos



GP's durante a ditadura foi abordada dentro desse arcabouço, na medida em que representavam ações voltadas a superar o atraso histórico do Espírito Santo.

Portanto, entendemos que a construção da biografia de Elcio Alvares se dá nos marcos dessa construção positiva sobre a ditadura. Sua história de vida é elaborada através de uma perspectiva linear e edificante e seu papel no apoio ao regime ditatorial é demarcado por tais valores. Entendemos também que “consenso” e “desenvolvimento” são dois aspectos que se relacionam, na medida em que a participação civil foi justificada pelo apoio a ações desenvolvimentistas do período. A obra estudada demonstra na perspectiva individual este apoio e como é justificada posteriormente, seja nas razões apontadas, seja na elaboração do texto.

123

## Referências

- AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- ALVARES, Elcio. **Memórias do meu tempo**. Vila Velha: Edição do autor, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191
- CHAVEAU, Agnès. TÉTART, Philippe. Questões para a História do presente. In: CHAVEAU, Agnès. TÉTART, Philippe (orgs.). **Questões para a História do presente**. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999, pp. 07-38
- FAGUNDES, Pedro Ernesto. DE ANGELO, Vitor Amorim. Grandes projetos, grandes esquecimentos: o Espírito Santo entre a



modernização conservadora e a repressão política. In.: (orgs.). **O estado do Espírito Santo e a ditadura (1964 - 1985)**. Vitória: Editora GM, 2014.

FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004

MORAES, Mário Sérgio. **O ocaso da ditadura: o caso Herzog**. São Paulo: Barcarolla, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**. Cultura política e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2014

MULLER, Angélica. IEGELSKI, Francine. O Brasil e o tempo presente. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 13-26

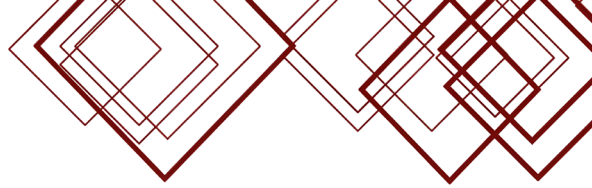
124

NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). **Estudos Ibero-Americanos**. v. 43, p. 346-366, 2017.

NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. **Narrativa histórica de superação do atraso: um desafio historiográfico do Espírito Santo**. Serra: Editora Milfontes, 2018.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História : Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História**, v.10, pp. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Ueber Jose de. Regime militar, elites regionais e a confluência de agendas desenvolvimentistas: a ascensão e o Governo de Arthur Carlos Gerhardt Santos, no Espírito Santo (1971-1975). **Dimensões: Revista de História da UFES**, v. 30, p. 385-421, 2013.



- OLIVEIRA, Ueber Jose de. A fórmula para o caos: o golpe de 64 e a conspiração contra o Governador Francisco Lacerda de Aguiar , no Estado do Espírito Santo (1964-1966). **Revista Crítica Histórica**, v. 10, p. 84-108, 2014.
- OLIVEIRA, Ueber Jose de. **Elites capixabas no Golpe de 1964: o bipartidarismo e a convergência de agendas desenvolvimentistas (1964-1982)**. 1. ed. Serra-ES: Editora Milfontes, 2018. v. 1. 376p .
- RÉMOND, René. Uma história presente. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAVEAU, Agnès. TÉTART, Philippe (orgs.). **Questões para a História do presente**. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999, pp. 39-50
- ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**. A história, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017
- ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. Apresentação – Memória, História e Autoritarismos. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **A Construção Social dos Regimes Autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 12. V. 1
- TRAVERSO, Enzo. **El pasado. Instrucciones de uso**. Historia, memoria, política. Marcial Pons: Madrid, 2007